

Cristo salvador e a universalidade da salvação: uma leitura à luz do Concílio de Niceia I

Christ the savior and the universality of salvation: A reading in the light of the first Council of Nicaea I

Lucas Benício Souto

Graduando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

lucasbenisouto@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5875814415158901>

Resumo

Este artigo explora a profundidade teológica e pastoral da afirmação conciliar de Niceia I segundo a qual o Filho é consubstancial ao Pai (*homoousios*) e, por isso, capaz de operar um ato salvífico universal e definitivo. Partindo da cristologia nicena e do documento da Comissão Teológica Internacional, analisa-se a união hipostática, a historicidade da economia da salvação (encarnação, paixão, morte e ressurreição), a *kenosis* e a ressignificação do poder divino na cruz, bem como as implicações soteriológicas e antropológicas, em especial a noção de divinização.

Palavras-chave: Niceia I. *Homoousios*. Encarnação. *Kenosis*. Salvação.

Abstract

This article explores the theological and pastoral depth of the Nicene Council's affirmation that the Son is consubstantial with the Father (*homoousios*) and therefore capable of accomplishing a universal and definitive salvific act. Drawing from Nicene Christology and the document of the International Theological Commission, it examines the hypostatic union, the historical unfolding of the economy of salvation (incarnation, passion, death, and resurrection), the *kenosis* and the reframing of divine power in the cross, as well as the soteriological and anthropological implications, especially the notion of divinization.

Keywords: Nicene Council. *Homoousios*. Incarnation. *Kenosis*. Salvation.



Introdução

O Concílio de Niceia, realizado em 325, constitui um marco na história da Igreja e da reflexão cristológica. Diante das controvérsias levantadas sobretudo pelo arianismo que reduzia o Filho a uma criatura, negando-lhe a plena divindade, os Padres conciliares formularam uma resposta clara e definitiva. Ao declarar que o Filho é consubstancial ao Pai (*homoousios tō Patri*), Niceia não se limitou a oferecer uma solução terminológica a uma disputa teológica, mas estabeleceu o alicerce de toda a fé cristã. Essa afirmação possui um alcance que ultrapassa a dimensão puramente dogmática, ela garante a realidade da encarnação e o valor universal da obra redentora de Cristo.

Com efeito, se o Filho não fosse verdadeiro Deus, sua encarnação teria apenas o peso de um gesto exemplar, incapaz de tocar e transformar ontologicamente a condição humana. Contudo, ao professar a consubstancialidade do Filho com o Pai, o Concílio assegura que é o próprio Deus quem se aproxima da humanidade, assumindo plenamente a carne, a história e a fragilidade humana. Essa encarnação não é simbólica nem aparente, mas é real e eficaz, e justamente por isso o ato redentor de Cristo possui força salvífica universal, capaz de libertar do pecado, vencer a morte e introduzir o ser humano na comunhão com a vida trinitária.

O Símbolo niceno-constantinopolitano, portanto, não deve ser lido apenas como um compêndio de fórmulas dogmáticas, mas como uma confissão de fé que articula, de modo inseparável, a cristologia e a soteriologia. Ao proclamar quem é Cristo, Filho eterno de Deus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, o Credo afirma simultaneamente o que Ele realiza a salvação plena e definitiva da humanidade. A Comissão Teológica Internacional, em seu estudo “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”, retoma e aprofunda essa herança, destacando como a fé nicena continua atual e necessária para compreender a grandeza do mistério cristão.

Nessa perspectiva, a imensidão do ato redentor de Cristo revela-se em três dimensões inseparáveis e mutuamente implicadas, que permitem apreender a profundidade do mistério da salvação cristã. Ela é, antes de tudo, trinitária, porque a salvação não é obra isolada de uma única Pessoa divina, mas expressão do único desígnio de amor do Deus uno e trino. O Pai é a fonte originária da salvação, Aquele que, por amor, envia o Filho ao mundo; o Filho realiza historicamente esse desígnio por meio de sua encarnação, paixão, morte e ressurreição; e o Espírito Santo comunica essa obra salvífica, tornando-a presente e eficaz na vida dos fiéis. Assim, a redenção não é apenas um ato pontual, mas a manifestação histórica da comunhão trinitária que se abre à humanidade, convidando-a a participar da própria vida de Deus.



Essa obra salvífica é igualmente histórica, pois a economia da salvação se realiza em eventos concretos, situados no tempo e no espaço. A encarnação, a paixão e a ressurreição de Jesus não pertencem ao domínio do mito ou da abstração simbólica, mas constituem acontecimentos reais, nos quais Deus entra efetivamente na história humana. Ao assumir a carne, sofrer a morte e vencer a ressurreição, Cristo transforma a história desde dentro, conferindo-lhe um sentido novo e definitivo. A salvação cristã, portanto, não ignora a história nem a relativiza, mas a assume como lugar teológico no qual Deus age e se revela.

Por fim, a redenção possui uma dimensão essencialmente eclesial, pois o mistério pascal, realizado uma vez por todas em Cristo, continua a ser tornado presente na história por meio da Igreja. É sobretudo na liturgia e nos sacramentos que a obra salvífica alcança cada geração de fiéis, não apenas como memória do passado, mas como realidade viva e operante. A Igreja, como corpo de Cristo animado pelo Espírito, é o espaço no qual a salvação se atualiza, se comunica e se prolonga no tempo, fazendo da história humana um contínuo lugar de encontro com a graça. Dessa forma, a imensidão do ato redentor de Cristo só pode ser compreendida plenamente quando se reconhece sua natureza trinitária, sua realização histórica e sua atualização eclesial. Separar essas dimensões significaria empobrecer o mistério da salvação; mantê-las unidas permite perceber a profundidade do amor de Deus que cria, salva e conduz a humanidade à comunhão plena consigo.

A fé proclamada em Niceia não constitui apenas uma resposta histórica a uma heresia antiga, mas permanece como fundamento permanente da identidade cristã e da missão da Igreja. Ao afirmar que o Filho é consubstancial ao Pai, a Igreja confessa que é o próprio Deus quem entra na história humana para salvar, garantindo que a redenção não é fruto de um esforço humano elevado, mas dom gratuito do amor divino. Contemplar a consubstancialidade do Filho significa, portanto, reconhecer a imensidão do amor de Deus, que não permanece distante nem indiferente à condição humana, mas se encarna, assume a fragilidade da carne, atravessa o sofrimento e vence a morte para comunicar a vida divina. Essa confissão não se esgota no plano doutrinal, mas exige uma resposta existencial e eclesial: acolher a salvação como dom implica assumir a responsabilidade de vivê-la e anunciá-la no mundo. Desse modo, a fé nicena revela-se inseparável da missão da Igreja. Aquilo que é professado no Credo torna-se critério de vida, fonte da ação pastoral e fundamento do testemunho cristão. Anunciar Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro homem é proclamar que a salvação é real, eficaz e universal, e que ela continua a ser oferecida à humanidade como chamado à comunhão com Deus e à transformação da história pela força do amor trinitário.



1 Contexto conciliar: por que o *homoousios* importa para a salvação?

A fórmula *homoousios* (ὁμοουσιος), introduzida pelo Concílio de Niceia, não deve ser reduzida a uma expressão terminológica ou a um artifício técnico de linguagem. Ela representa a síntese de uma convicção central da fé cristã: o Filho participa plenamente da vida divina do Pai, sendo verdadeiro Deus a partir da eternidade. Como afirma a Comissão Teológica Internacional, “a geração do Filho é algo diferente da criação, porque é uma comunicação da substância única do Pai. O Filho não é apenas plenamente Deus como o Pai, mas de uma substância numericamente idêntica à sua, pois não há divisão no Deus único” (CTI, 2025, n. 15), a confissão de que Jesus Cristo é consubstancial ao Pai é a garantia de que a salvação realizada por Ele é obra de Deus mesmo, e não simples mediação de uma criatura privilegiada. Sem essa afirmação, a encarnação poderia ser interpretada de modo redutivo, como se Cristo fosse apenas um intermediário entre Deus e os homens, dotado de missão moral ou exemplar, mas desprovido da autoridade divina para transformar a condição humana em sua raiz. Um redentor que não fosse plenamente Deus poderia inspirar, educar ou conduzir, mas não teria o poder de reconciliar ontologicamente o ser humano com Deus, restabelecendo a comunhão perdida pelo pecado.

É precisamente por isso que o Concílio de Niceia insiste na consubstancialidade do Filho com o Pai, apenas o Verbo, que é Deus em si mesmo, pode realizar uma obra salvífica que ultrapassa o plano ético e atinge o plano ontológico. Ao unir-se à natureza humana, Cristo não somente indica um caminho, mas recria a humanidade desde dentro, abrindo-lhe a possibilidade de participar da vida trinitária, e “é o mesmo Deus que cria e salva, e a mesma realidade criada, boa porque querida por Deus, que é restaurada na redenção” (CTI, 2025, n. 18), pois a plena divindade de Cristo é a condição indispensável para que o seu ato de salvação tenha valor universal e definitivo, capaz de alcançar todos os tempos e todas as culturas.

A proclamação de Niceia não é apenas uma vitória doutrinal sobre o arianismo, mas a garantia de que a redenção não se limita a uma reconciliação moral ou jurídica. Trata-se de um ato ontologicamente transformador, pelo qual a criatura humana é elevada a uma nova condição: a filiação adotiva no Filho, participação real na comunhão do Deus uno e trino.

2 União hipostática: condição para a eficácia salvífica

O termo grego *hypóstasis* (ὑπόστασις) significa originalmente “essência, substância” e “estabilidade, constância” (RUSCONI, 2003, p. 474). É nesse horizonte semântico que a teologia



cristã desenvolveu o conceito de união hipostática, entendida como a estabilidade definitiva da união entre a divindade e a humanidade na única pessoa do Verbo.

A definição de Niceia (325), que afirmou a consubstancialidade do Filho com o Pai (*homoousios*), encontra o seu aprofundamento no dogma cristológico: em Cristo unem-se inseparavelmente a natureza divina e a natureza humana, sem confusão nem divisão, numa só hipóstase, a do Filho eterno de Deus. Essa união não é acidental nem meramente funcional, mas ontológica, constituindo a própria realidade pessoal do Verbo encarnado.

Tal formulação é condição indispensável para a universalidade da salvação. Com efeito, o Filho não apenas “se reveste” de humanidade, mas a assume integralmente, corpo e alma, transfigurando a condição criada a partir de dentro. Como afirma a Comissão Teológica Internacional, “se Cristo não tivesse uma humanidade verdadeira, não teria podido salvar a humanidade. Mas, se não fosse também plenamente Deus, a sua obra não teria eficácia universal” (2025, n. 23). A união hipostática é, portanto, a chave para compreender como a salvação é, simultaneamente, pessoal e cósmica.

A redenção realizada por Cristo não se reduz a uma intervenção externa nem a um mero exemplo moral, mas é uma verdadeira recriação da humanidade na própria pessoa do Filho. Nele, Deus nos salva assumindo a história humana: “na sua carne, Cristo assumiu toda a humanidade, e por isso a sua redenção alcança a todos, em Cristo, Deus nos salva entrando na história” (CTI, 2025, n. 25). A união hipostática manifesta a lógica interna da encarnação: a salvação cristã é eficaz porque o próprio Deus entra na condição humana, sem deixá-la intocada, mas elevando-a à participação na vida divina.

3 Historicidade da economia da salvação: encarnação, paixão e ressurreição como eventos reais

A fé cristã se fundamenta na convicção de que a salvação não se apoia em mitos intemporais ou em construções simbólicas, mas em eventos históricos concretos, nos quais Deus se manifestou plenamente em Jesus Cristo. A economia da salvação é, portanto, intrinsecamente histórica, pois se realiza no espaço e no tempo, assumindo a realidade concreta da existência humana.

A Encarnação é o ponto de partida da economia histórica da salvação. O Verbo eterno de Deus, “que no princípio estava junto de Deus e era Deus” (Jo 1,1), não se limitou a revelar-se em palavras ou sinais, mas “se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14). Ao assumir uma verdadeira natureza humana, nascendo de Maria na plenitude dos tempos (cf. Gl 4,4), o Filho eterno entrou na história de modo único e irrepetível. Esse acontecimento, situado em um contexto histórico preciso,



possui, no entanto, valor universal: ao unir-se à humanidade, Cristo santificou a história e fez dela o lugar privilegiado da manifestação divina. A Encarnação é, ao mesmo tempo, evento particular e universal, pois nela a história humana se torna o espaço em que Deus se comunica definitivamente ao homem (DUPUIS, 1999, p. 116-117).

A Paixão representa o ápice dessa inserção histórica de Deus. A condenação, o suplício da cruz e a morte de Jesus não são narrativas simbólicas, mas fatos atestados pela tradição apostólica e confirmados por testemunhas oculares. O sofrimento do Filho encarnado manifesta a solidariedade radical de Deus com a condição humana ferida pelo pecado e pela morte. Assim, a cruz não é apenas um evento religioso, mas um acontecimento histórico que transforma o sentido da história, convertendo o instrumento de suplício em sinal de redenção, afirma Ladaria, “na cruz se manifesta como um ‘transbordamento’ do ser divino, quando a morte de Jesus Deus se entregou por todos os homens” (LADARIA, 2015, p. 93).

A Ressurreição, por sua vez, é o evento definitivo que confere unidade e sentido a toda a economia da salvação. Embora transcenda a experiência empírica e a verificação científica, ela se inscreve na história como realidade objetiva, testemunhada pelos discípulos que viram o Ressuscitado e anunciaram com coragem a sua vitória sobre a morte. A Ressurreição não é um mito de renovação cíclica, mas um acontecimento único, real e irreversível, pelo qual o próprio Deus inaugurou a nova criação (LADARIA, 2015, p. 99).

A historicidade da Encarnação, Paixão e Ressurreição garante que a fé cristã não se apoia em ideias abstratas, mas em fatos que podem ser situados na história humana. Esses eventos não apenas pertencem ao passado, mas se tornam perenes e eficazes na liturgia da Igreja, sobretudo na Eucaristia, onde a memória torna presente a realidade da salvação. Dessa forma, a economia da salvação manifesta-se como história real que se abre ao eterno: em Cristo, a ação de Deus se inscreve no tempo dos homens, transformando-o em lugar de encontro com a vida divina. O Credo Niceno insiste em afirmar que Cristo

em um só nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, nascido unigênito do Pai, isso é, da substância do Pai, Deus de Deus. luz da luz. Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, nascido, não feito, de uma só substância com o Pai (o que em grego se diz *homoúsion*); por meio do qual foram feitas todas as coisas que <há> no céu e as na terra; o qual, por causa de nossa salvação desceu, **se encarnou e se fez homem, e padeceu, e ressuscitou ao terceiro dia**, e subiu aos céus, havendo de vir julgar os vivos e os mortos (DENZINGER, p. 51, grifo nosso).

Essa insistência histórica não é um detalhe acidental, mas uma confissão teológica, a salvação é evento real, inscrito na história, e não mito atemporal ou ideia abstrata, o caráter



histórico da encarnação e da Páscoa de Jesus não pode ser relativizado. É precisamente por meio destes eventos, ocorridos em um tempo e lugar determinados, que Deus realiza a salvação para toda a humanidade.

A Igreja, em sua liturgia, não apenas recorda esses acontecimentos, mas, sacramentalmente, permite que cada geração experimente a eficácia do mistério pascal. Por isso, o documento afirma, a liturgia da Igreja é o lugar no qual a economia histórica da salvação se torna presente e operante.

4 *Kenósis* e a lógica do poder redentor

O termo grego *kenósis* (κένωσις) significa “esvaziamento” e, no horizonte cristológico, refere-se ao auto-esvaziamento do Filho de Deus ao assumir a condição humana e entregar-se até a morte. O apóstolo Paulo expressa este mistério no célebre hino da Carta aos Filipenses: “Ele, existindo em condição divina, não considerou como usurpação o ser igual a Deus, mas esvaziou-se (*ekenōsen*), assumindo a condição de servo, tornando-se semelhante aos homens. E, achado em figura humana, humilhou-se a si mesmo, fazendo-se obediente até a morte, e morte de cruz” (Fl 2,6-8).

A *kenósis* não significa diminuição ou perda da divindade, mas sua manifestação mais profunda, na cruz, não vemos a suspensão da onipotência divina, mas a sua forma mais alta: o amor que se entrega até o fim (CTI, 2025, n. 27). O poder de Cristo, portanto, não se mede pelos critérios humanos de dominação, mas pela força transformadora do amor que, ao abraçar a morte, gera vida.

A ressurreição confirma esta lógica paradoxal: aquele que foi humilhado até a morte de cruz foi exaltado pelo Pai e introduziu a humanidade na vida nova, inaugurando a nova criação (CTI, 2025, n. 28). O esvaziamento kenótico revela-se, assim, como caminho para a glorificação, no qual a obediência amorosa do Filho se torna fonte universal de salvação. A *kenósis*, assim, não é sinal de fragilidade ou derrota, mas a plena revelação da verdadeira força de Deus, a onipotência do amor que vence não esmagando, mas amando até o extremo.

À luz da *kenósis*, revela-se uma inversão radical das categorias com as quais o ser humano costuma pensar Deus e o poder. Em um mundo marcado pela exaltação da força, da eficiência e do domínio, o Deus revelado em Cristo escolhe o caminho da humildade, da vulnerabilidade e da entrega. A cruz, longe de ser um escândalo apenas a ser superado, permanece como critério permanente de discernimento teológico: nela se manifesta quem Deus é e como Ele age. A *kenósis*, portanto, desautoriza toda imagem de um Deus distante, impassível ou violento, e interpela também as imagens de poder religioso que se afastam da lógica do serviço, do amor e da doação de si.



Essa lógica *kenótica* não se limita à cristologia, mas possui profundas implicações antropológicas e eclesiais. Se o Filho revela o ser de Deus esvaziando-se, então a vocação humana e a missão da Igreja não podem ser compreendidas fora dessa dinâmica pascal. A participação na vida divina passa necessariamente pela conformação com Cristo humilde e obediente, cuja glória nasce da entrega. Assim, a *kenosis* torna-se critério de autenticidade da fé cristã: não há verdadeira comunhão com Deus sem abertura ao amor que se doa, nem verdadeira esperança cristã sem a disposição de atravessar a cruz confiando na promessa da ressurreição. Nessa perspectiva, viver a fé é deixar-se transformar pela onipotência paradoxal de Deus, que salva não pela imposição da força, mas pela radicalidade do amor que se entrega até o fim.

5 Soteriologia: remissão, divinização e participação na vida trinitária

A consequência central da ação salvífica de Cristo é dupla e inseparável: o perdão dos pecados e a participação na vida divina. O documento insiste que a salvação não pode ser compreendida apenas em termos jurídicos ou morais, mas em chave ontológica e existencial. A redenção em Cristo não é somente a remissão de culpas, mas a comunicação de uma vida nova, que faz do homem filho no Filho. São Paulo exprime essa realidade em termos de transformação radical do ser humano. Aos colossenses, recorda: “Ele vos deu vida em Cristo, convosco nos perdoou todas as faltas, cancelando a nota de dívida que havia contra nós... e, despojando os principados e potestades, expôs publicamente, triunfando deles pela cruz” (Cl 2,13-15). A salvação, portanto, é simultaneamente perdão e vitória, libertação e recriação.

Essa vida nova é a divinização (*theosis*), entendida como participação real na vida trinitária, dom do Espírito Santo. O fim último da salvação é a participação na própria vida de Deus, uma participação que transforma o ser humano, introduzindo-o numa relação filial com o Pai, pelo Filho, no Espírito. “Se ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus... pois vossa vida está escondida com Cristo em Deus” (Cl 3,1-3).

Essa perspectiva é confirmada pelo hino cristológico de Filipenses: “Cristo Jesus... esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo... humilhou-se até a morte e morte de cruz. Por isso, Deus o exaltou soberanamente e lhe deu o Nome que está acima de todo nome” (Fl 2,6-11). A *kenosis* de Cristo revela que a salvação é comunhão com sua obediência e glorificação, participação na vida divina oferecida ao mundo inteiro.

Assim, a vocação humana encontra sua plenitude não apenas na ética ou na moralidade, mas na comunhão com a Trindade. Essa visão tem implicações comunitárias e escatológicas: a salvação



em Cristo abarca a totalidade da criação, conduzindo-a à sua recapitulação em Deus, conforme proclama o hino de Colossenses: “Ele é a imagem do Deus invisível... tudo foi criado por Ele e para Ele... e por meio dele reconciliou consigo todos os seres, pacificando pelo sangue da sua cruz tanto os da terra como os do céu” (Cl 1,15-20).

Dessa forma, a soteriologia cristã não pode ser dissociada de uma antropologia da comunhão. Ser salvo em Cristo significa ser reconfigurado segundo a lógica filial do Filho, o que transforma não apenas a relação do ser humano com Deus, mas também sua relação consigo mesmo, com os outros e com a criação. A divinização não aliena o homem de sua condição histórica, mas funda uma nova maneira de habitá-la, marcada pela esperança, pela liberdade e pela responsabilidade. Inserido na vida trinitária, o ser humano é chamado a tornar-se sinal e instrumento dessa comunhão no mundo, antecipando, já no tempo presente, a plenitude escatológica na qual toda a criação será definitivamente reconciliada em Cristo.

Conclusão

A imensidão de Cristo Salvador, interpretada à luz do Concílio de Niceia I e aprofundada pelas reflexões contemporâneas da Comissão Teológica Internacional, apresenta-se como um mistério totalizante que resiste a toda forma de redução. Trata-se de um mistério teológico, porque confessa a plena divindade e a plena humanidade do Filho, fundamento inegociável de uma soteriologia verdadeiramente universal; histórico, porque ancora a salvação em eventos concretos, encarnação, paixão, morte e ressurreição, que não apenas atravessam a história, mas a transformam desde dentro; e existencial, porque interpela a vida humana, convidando cada pessoa a uma participação real na comunhão trinitária.

Nesse horizonte, a afirmação nicena da consubstancialidade do Filho com o Pai não pode ser relegada a um dado do passado nem neutralizada como linguagem técnica de uma controvérsia superada. Ao contrário, ela permanece critério decisivo diante das problemáticas cristológicas contemporâneas, nas quais Cristo corre o risco de ser reduzido a mestre ético, líder espiritual, símbolo religioso ou mera projeção do anseio humano por transcendência. Niceia garante que a salvação não é produto de um itinerário humano elevado, mas iniciativa soberana de Deus: é o próprio Deus quem salva. A plena divindade de Cristo constitui, assim, a condição indispensável para que a redenção seja eficaz, definitiva e universal, capaz de comunicar ao ser humano a própria vida divina e introduzi-lo na comunhão com o Pai, no Espírito.



Essa convicção não sustenta apenas a ortodoxia da fé, mas questiona diretamente a vida da Igreja e sua presença no mundo. Em um contexto marcado pela secularização, pela fragmentação da experiência religiosa e pela tentação de uma fé funcional ou intimista, a fé nicena recorda que o cristianismo não nasce de uma ideia, mas de um acontecimento; não se reduz a valores, mas brota de uma Pessoa viva. A liturgia, ao tornar presente o mistério pascal, resiste à banalização do sagrado; a pastoral, ao conduzir à experiência da graça, confronta o esvaziamento espiritual; a missão, ao anunciar Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro homem, opõe-se a toda diluição do Evangelho em discursos genéricos sobre sentido ou bem-estar.

Redescobrir e anunciar a imensidão de Cristo Salvador significa, portanto, voltar ao coração do Evangelho em um tempo de deslocamentos teológicos e antropológicos: confessar um Deus que não permanece distante nem neutro diante do drama humano, mas que se esvazia, se encarna, sofre, morre e ressuscita para elevar o ser humano à condição de filho no Filho. Trata-se de uma fé que não anestesia as perguntas do mundo contemporâneo, mas as assume e as atravessa à luz da cruz e da ressurreição.

Por isso, a fé nicena permanece hoje não apenas como marco histórico do cristianismo, mas como horizonte crítico permanente. Contemplar a grandeza de Cristo Salvador é, ao mesmo tempo, adorar o mistério de Deus e assumir a responsabilidade de testemunhar, em um mundo ferido e plural, o amor trinitário que transforma, reconcilia e recria todas as coisas.

Referências

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador: 1700º aniversário do Concílio Ecumênico de Niceia (325-2025)*. Cidade do Vaticano: CTI, 2025. Publicado em 3 de abril de 2025.

DUPUIS, Jacques. *Introdução à Cristologia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter (org.). *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 43. ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007.

LADARIA, Luis F. *O Deus vivo e verdadeiro: o mistério da Trindade*. Tradução de Paulo Gaspar de Meneses. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

_____, Luis F. *Jesus Cristo, salvação de todos*. Tradução de Cleusa Caldeira. Petrópolis: Vozes, 2021.



RUSCONI, Carlo (org.). *Dicionário do Grego do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2003.

Recebido: 26-09-2025

Aceito: 09-02-2026